

NARRATIVAS DA URBANIZAÇÃO DOS SERTÕES DO NORTE

ARRAES, Esdras ^{a*}

(a) Doutor em Ciências. Universidade de São Paulo (USP). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0374-7401>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0462029779554770>

(* CORRESPONDING AUTHOR

Address: USP - Rua Prof. Luciano Gualberto, 315, Sala 1007, CEP: 05508080, São Paulo (SP), Brasil. Tel: (+55 11) 30913761
E-mail: esdrasarraes@gmail.com

RESUMO

As poucas informações cartográficas que objetificam os processos de ocupação e transformação os sertões das capitâneas do Norte introduziram desafios aos pesquisadores. Em contrapartida, a farta documentação escrita por oficiais régios (civis e eclesiásticos) representa os sertões ocultos nas imagens, estruturados por uma hierárquica rede de povoações formada por cidades, vilas, julgados, freguesias e capelas filiais. Esse ensaio apresenta um esforço de representar os sertões fora da “cena cartográfica” desenhada nos séculos XVII e XVIII, dando a ver territórios dinâmicos e transformados em paisagens. Relações políticas e culturais serão tratadas como basilares à formação de macropaisagens conformadas no espaço em longa duração. Como metodologia, entrecruza-se texto (hermenêutica) e imagem (representação) para pensar os processos de urbanização emanados da Coroa portuguesa ou daqueles operados no cotidiano dos habitantes. Vale-se de programas de georeferenciamento a fim de localizar as povoações no território e interpretar as razões de sua posição geográfica no contexto sociopolítico ao qual estavam inseridas.

Palavras-chave: Cartografia; Paisagem; Representação; Sertões do Norte; Urbanização.

ABSTRACT / RESUMEN

NARRATIVES OF NORTHERN SERTÕES URBANIZATION

The scant cartographic information on the processes of occupation and transformation of the sertões of the captaincies (royal land grants) of the North presents challenges to the researchers. On the other hand, the abundant documentation written by Royal officers (civil and ecclesiastical) shows the sertão hidden in images, structured by a hierarchical network of settlements formed by towns, villages, parishes, julgados (legal/administrative areas) and filial chapels. This essay intends to represent the sertões outside of the “cartographic scene” created in the seventeenth and eighteenth centuries, showing dynamic territories transformed into landscapes. Political and cultural relations will be treated as foundational to the formation of macro-landscapes shaped in space over the long term. The methodology interweaves text (hermeneutics) and image (representation) to think with the urbanization processes emanated by the Portuguese Crown or those operating in the inhabitants’ daily life. Georeferencing was also used, in order to place the settlements in the territory and interpret the reason for their geographical position in the social-political context in which they were inserted.

Keywords: Cartography; Landscape; Representation; Sertões of the North; Urbanization.

NARRATIVAS DE LA URBANIZACIÓN DE LOS SERTÕES DEL NORTE

Las pocas informaciones cartográficas que objetifican los procesos de ocupación y transformación de los sertões del Norte han introducido desafíos a los investigadores. Por otro lado, la documentación manuscrita representa los sertões ocultos en las imágenes, estos estructurados por una jerárquica red de poblaciones formada por ciudades, villas, julgados (juzgados), parroquias and capillas. Este artículo es un esfuerzo de representar esos sertões que están fuera del “escenario cartográfico” dibujado en los siglos XVII y XVIII, exponiendo territorios dinámicos y convertidos en paisajes. Relaciones políticas y culturales serán tratadas como fundamentales a la formación de los paisajes construídos en larga duración. Como metodología se entrelaza texto (hermenêutica) e imagen (representación) para pensar c los procesos de urbanización emandos desde la Corona portuguesa o aquellos operados en el cotidiano de sus habitantes. Se usa Sistema de Información Geográfica con el objetivo de situar las poblaciones en el território y interpretar las razones de sus posiciones geográficas en el contexto social y político en que estaban incluídas.

Palabras clave: Cartografía; Paisaje; Representación; Sertões del Norte; Urbanización.

Article history:

Received 10 November, 2017
Accepted 24 January, 2018
Publisher 15 April, 2018



INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é compreender algumas das transformações territoriais e urbanas ocorridas nos sertões das capitanias do Norte por meio das políticas da Coroa portuguesa. Essas transformações, lidas como processos de urbanização, resultaram na construção progressiva de uma hierárquica rede de povoações formada basicamente por capelas filiais, freguesias, julgados, vilas e cidades. Logo, o entendimento dessas unidades com o todo requer, no mínimo, o uso de três escalas analíticas: uma micro, que aborda os episódios realizados no âmbito da povoação; outra que se pode chamar de “corográfica”, que diz respeito ao estudo de uma capitania, comarca ou termo de uma vila; e, por fim, a dimensão macro atinente às questões holísticas, envolvendo os sertões do Norte das capitanias do Maranhão, Piauí, Pernambuco e suas anexas (Ceará Grande, Rio Grande, Paraíba), Bahia e Sergipe del Rei. A macro-escala traduz, por assim dizer, as maneiras como as políticas de urbanização se “objetificaram” (MILLER, 2013, p. 90) no território e na paisagem em povoações oficiais estrategicamente posicionadas para favorecer os planos geopolíticos da Coroa, seus representantes e/ou a elite local. O historiador francês Bernard Lepetit (2001, p. 225) afirmou que a escolha de uma escala particular procura apreender a conformação e o arranjo de objetos no território, sem, contudo, contradizer aquilo que é percebido em outras dimensões; ao contrário, “as conclusões que resultam de uma análise conduzida numa escala particular não podem ser opostas às conclusões obtidas numa outra escala”. Para Beatriz P. Siqueira Bueno (2016, p. 826), os desafios da perspectiva macrorregional são desejáveis justamente porque a predominância das pesquisas em Geografia Histórica e Historiografia brasileiras se preocuparam em examinar a urbanização dentro de áreas estanques, cujos contornos se confundem com os territórios dos atuais estados brasileiros.

Poucos foram os mapas que indicaram em seus símbolos a complexidade da rede de povoações dos sertões do Norte. A maioria situou algumas etnias indígenas no território e pontuou poucas capelas filiais, freguesias e vilas. Assim, o “vazio”, o incógnito e o despovoado aparecem como imagens dos sertões. Deve-se deixar claro, entretanto, que não se pretende aqui “exorcizar” da cartografia informações que lhes foram alheias. O geógrafo cultural J. Brian Harley (2005) em seu ensaio – “Silencios y secretos. La agenda oculta de la cartografía en los albores de la Europa moderna” – mostrou que a hermenêutica das narrativas mapeadas se ancora, dentre alguns aspectos, no contexto de outros mapas pelos quais os cartógrafos desenhavam os seus próprios. Isto é, e aplicando ao nosso objeto de análise, se o “vazio” e o despovoado figuravam os sertões, isso ocorreu pela “ausência” de mapas cujos conteúdos representassem a sua rede urbana. Os cartógrafos “herdaram”, muitas vezes por acúmulo, a imagem do vazio e, a partir dela, rerepresentaram os sertões.

Em contrapartida, os documentos oficiais expõem “outros” sertões substanciados numa rica rede de povoações e em cotidianos praticados em diferentes escalas. As fontes textuais manuscritas descrevem materialidades produtos dos processos de povoamento e das políticas de urbanização da Coroa portuguesa. Indicam, ainda, nas entrelinhas do discurso, as maneiras como os habitantes se apropriavam do território transformando-o em paisagem, quero dizer, como as operações diárias assumiram um papel-chave na conversão de regiões indefinidas em lugares determinados. Nesse particular, podemos ilustrar um exemplo. Por volta de 1672, já existiam currais, sedes de fazendas e capelas desde a foz do rio São Francisco até por volta de 120 léguas adentro. Na primeira “Relação” do frade capuchinho Martinho de Nantes, embora os sertões tivessem adquirido uma imagem sublime de “solidões vastas e assustadoras” (MARTINHO DE NANTES, 1975, p.35), foram situadas ermidas nas missões de Rodelas, Uracapá e Aramurus, assim como a da povoação de Pambú administrada por um capelão sustentado pelos moradores da região. Além disso, os portugueses e negros escravos se deslocavam para celebrarem os dias santos nos lugares pios das aldeias, “trazendo guitarras e violões para a solenidade e que cantam muitos motes, e dão tiros de fuzil para maior demonstração de alegria” (MARTINHO DE NANTES, 1975, p. 16).

Importa sublinhar também sobre aspectos da hermenêutica dos textos oficiais. De acordo com a historiadora portuguesa Amélia Aguiar Andrade (2001, p. 54), esses documentos, apesar de partirem de uma realidade concreta, tendem a estar marcados pela formação e objetivos de quem os produz, bem como pelos traços dominantes do imaginário social da época em que foram escritos. Não obstante, o questionamento de sua aplicabilidade seria o único critério de reconhecer sua eficácia e justeza de sua promulgação.

Assim, o diálogo entre imagem cartográfica e documentação manuscrita fundamenta a abordagem teórico-metodológica e empírica do presente texto. O entrecruzamento dessas fontes possibilita a produção de mapas temáticos cujo objetivo é transportar os sertões do Norte à “outras” representações, afastadas daquela usual que gravita no “vazio”, com uma rede de povoações extremamente frágil ou como espaço periférico aos interesses lusitanos. A cartografia e os mapas temáticos (e em certa medida as fontes manuscritas) estimulam leituras visuais sobre as paisagens dos sertões em diferentes dimensões geográficas, como também sobre as objetificações das políticas de urbanização emanadas da Coroa ou de seus representantes. Os mapas temáticos dão a ver as razões, em diferentes aspectos, do porquê da localização das povoações no território e suas implicações nas tramas sociais nele operadas. Seriam, portanto, uma das facetas da “geografia da vista” em exercício, na feliz interpretação do arquiteto italiano Renzo Dubbini (2013, p. 90). Ou, como poeticamente escreveu o historiador de arte argentino Damián Bayón (1993, p. 18), é preciso pensar con los ojos as imagens, pois dentro dela podemos descobrir, integrar mundos e assumir os fenômenos de sua criação.

NARRATIVAS DA URBANIZAÇÃO E DA PAISAGEM DOS SERTÕES DO NORTE

É uma tarefa difícil, diria quase impossível, definir os limites geográficos dos sertões do Norte do período colonial, este completamente distinto do atual sertão nordestino conhecido por todos e estabelecido por políticas muito recentes, iniciadas na Primeira República e consolidadas com a instituição da SUDENE. Os sertões passaram a existir no imaginário colonial desde a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Esses lugares não estavam muito distantes do litoral, como se costuma pensar, mas estavam na Mata Atlântica, os sertões das muitas aves coloridas vistas por Pero Vaz de Caminha (CASTRO, 2015, p. 106). À medida que a colonização avançava, os sertões passaram a ser compreendidos como regiões majoritariamente interiores. No dicionário de Raphael Bluteau (1712-1728, v. 7, p. 613) o verbete sertão e seus cognatos – “certam”, “sertam”, “certão” – foram definidos como regiões apartadas do mar, metidas entre terras. A definição de Antonio Moraes Silva (1813, p. 693) para o vocábulo pouco difere do de Bluteau, sendo entendido como o interior, o “coração” das terras. Assim, o léxico mostra há o enquadramento do “certão” ao mediterrâneo, entre uma fronteira metafórica – o coração das terras – e um limite específico – o oceano Atlântico, por exemplo.

O cronista Gabriel Soares de Sousa narrou, em 1587, o estado do povoamento dessas regiões, seus habitantes indígenas, e pormenorizou alguns aspectos utilitários do território. Escrevendo sobre o rio São Francisco, Sousa mencionou a ocupação de suas margens, sendo sempre “mui povoadas...por ser a terra mui fértil pelas suas ribeiras, e por acharem neles grandes pescarias” (SOUSA, 1971, p. 63). Os habitantes primitivos, genericamente denominados de “tapuias”, “eram tantos e estão tão divididos em bandos, costumes e linguagens, para se dizer deles muito, era necessário de propósito e devagar tomar grandes informações de suas divisões, vidas e costumes” (SOUSA, 1971, p. 338). Diante desse cenário, os sertões das capitânicas do Norte não eram prístinos, mas estavam devidamente alterados segundo as técnicas empregadas pelo modo de viver indígena. As modificações deram-se tanto no âmbito local – construção de aldeias e derrubada de mata para

plantação de mandioca, por exemplo – como em medidas mais alargadas – desenvolvimento de trilhas e grandes deslocamentos fluviais.

Os colonizadores portugueses se interessaram pelas marcas sutis deixadas pelos nativos no território e dos contatos culturais operados entre eles. Sem o saber indígena a ocupação adventícia seria difícil ou impraticável, pois os índios eram os práticos dos sertões. Nos seus caminhos demandaram gentes esperançosas de encontrar preciosidades ou capturar os índios para os trabalhos no litoral. Nesses deslocamentos, roteiros eram escritos e rascunhos de mapas desenhados. O misterioso itinerário de Belchior Dias Moreia, que situava as minas de pratas nos sertões da Bahia, surgiu dessa vontade de conhecer e explorar o território. Anos mais tarde, em 1725, Pedro Barboza Leal, ainda ofuscado pela miragem da prata, realizou um percurso parecido ao do Moreia sob o mando do vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes (FREIRE, 1977, p. 10).

Nem prata, nem ouro, mas salitre. Este mineral atraiu o governador geral, D. João de Alencastro, às zonas interiorizadas. A autoridade saiu da Cidade da Bahia internando-se na capitania desejoso de extrair salitre, matéria-prima da pólvora negra. Naquela altura, foram estabelecidas algumas oficinas de produção movidas pelo trabalho indígena, como a dos Abreus administrada por Leonel de Abreu e Lima (AHU_ACL_CU_PERNAMBUCO, Cx. 20, D. 1938). Para evitar maiores confrontos entre os nativos e os agentes da Coroa nas oficinas e minas, o governador criou a missão do Sahy, administrado por frades Franciscanos, com o objetivo de controlar os índios inserindo-os à conjuntura socioeconômica vigente. O projeto das oficinas contava com uma casa grande para tina e caldeiras onde se havia de separar o sal; um armazém para recolhe-lo depois de purificado, casas para o feitor ou almoxarife e alojamento para os índios e escravos, além de quartel para soldados em caso de sublevação indígena (PUNTONI, 2002, p. 32). As oficinas construídas no crepúsculo do Seiscentos tiveram pouco sucesso, frustrando o empreendimento extrativista, mas foram vantajosas em definir sertões antes considerados incógnitos.

Anos mais tarde, o salitre voltaria à arena dos diálogos das autoridades régias. Em 1755, o intendente geral Wenceslau Pereira da Silva reconheceu a sua importância naqueles anos de instabilidade diplomática entre os reinos ibéricos. Com isso, o oficial recomendou a Manoel Dias Mascarenhas, “homem prático, e versado naquellas minas, provedor do regimento do ouro do Rio das Contas” (ANTT, mç. 599, n. 41), que se deslocasse aos sertões a fim de averiguar a capacidade de obtenção do salitre. Uma rica documentação manuscrita e cartográfica descreve os processos de obtenção do sal e o reconhecimento das possíveis áreas de extração. No mapa intitulado Serra dos Montes Altos, desenhado pelo provedor do regimento, além de localizar cerca de 10 minas, foram traçados caminhos conectando o litoral baiano aos sertões do rio São Francisco e uma rede de fazendas que articulavam os moradores com a vizinhança ou às terras mais distantes. Mascarenhas redigiu um relato primoroso relacionando a paisagem e o território a objetivos utilitaristas. Além disso, ele discriminou as oficinas de extração do salitre situando-as precisamente sobre a ribeira do Salitre, auxiliando-nos a pensar sobre as maneiras de ocupação e formação da paisagem daquela parte da Bahia. Com efeito, a primeira oficina chamava-se Sargento, erguida nas terras do sargento-mor João dos Reis Santos; a segunda, era a dos Abreus antes mencionada; em seguida, afastada doze léguas da oficina dos Abreus, havia a do Taboleiro (ANTT, mç. 599, n.47).

Retornemos à conjuntura geopolítica do final do século XVII. Em 1695, Alencastro aprovou a criação de um caminho que ligaria as duas capitais dos estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará (AHU_ACL_CU_MARANHÃO, Cx. 9, D. 906). O jesuíta Jacob Cloceo foi incumbido de produzir um mapa e roteiro “para conhecimento do sertão e das terras por onde se descobriu o caminho” (AHU_ACL_CU_MARANHÃO, Cx. 9, D. 906). O trajeto cruzava vastas áreas povoadas com currais e sedes de fazendas. Capelas e freguesias foram erguidas nas proximidades da estrada no intuito de facilitar a comunicação entre os estados, atrair povoadores e averiguar as potencialidades econômicas da terra. De fato, a paróquia de Nossa Senhora da Vitória (futura vila da Mocha e cidade de Oeiras do Piauí), criada sob aprovação régia em 1697, orientou por muitos anos co-

merciantes de algodão de São Luís. Além dessa paróquia, o caminho, posteriormente chamado de caminho real do gado e caminho das boiadas do Piauí, conectou, em sua sinuosidade, povoações de diferentes níveis: um viajante passaria por Cidades (Bahia, Oeiras do Piauí, São Luís), vilas (Água Fria, Jacobina, Vila Nova da Rainha), julgados (Itiúba, Aldeias Altas), freguesias (Ipitanga, São João da Mata, Jacobina Velha, Amarante, Itapicurú-Mirim, Nossa Senhora do Rosário, entre outras), missão religiosa (Juazeiro) e passagens (Juazeiro e Santo Antônio).

O caminho real do gado foi um dos mais utilizados, principalmente pelos condutores de gado criado na capitania de São José do Piauí e nos sertões da Jacobina. Existiram muitos outros elaborados para dinamizar as trocas sociais, econômicas e simbólicas entre os sertões diversos e o litoral. Em 1738, havia a estrada que ligava a vila do Recife às minas Gerais passando pelos rios Ipojuca e São Francisco (IEB/USP-COL.ML, 72.60). Carlos Studart Filho (1937, p. 15-37), historiador do Ceará, narrou os trajetos e nós das estradas de Taquara, Camucim-Ibiapaba, geral do Jaguaribe, nova das Boiadas, das Boiadas, da Caiçara, Crato-Piancó e Crato-Oeiras. Na “Carta Geral da Província do Maranhão”, desenhada por volta de 1820 sob a coordenação do engenheiro militar Antônio Bernardino Pereira do Lago, visualiza-se o território maranhense devidamente cortado por diversas rotas, interligando assentamentos humanos entre si e com o território.

Pereira do Lago distinguiu duas modalidades de caminhos: os caminhos de vizinhanças relativos à vida cotidiana dos moradores, que os abriam para fins domésticos; e os caminhos reais, isto é, públicos, maiores em dimensão, com largura variável e oriundos de projetos oficiais. O caráter público da estrada real surge, em Europa, a partir do século XIII, no sentido de que o rei “personifica” a proteção do Estado sobre a via (OSORIO, 2000, p. 49). Dentre os caminhos reais da capitania do Maranhão, o engenheiro citou a das Boiadas, a da vila de Guimarães, dos Correios, do Ouro, do Galho e do Sertão (LAGO, 1822, p. 16). Abriam-se outras rotas reais ou de vizinhança por todas as capitanias do Norte, como a estrada do Porto de São Félix à Serra dos Montes Altos veiculada aos imperativos da extração do salitre. No mapa do cartógrafo Henrique Antônio Galuzzi, observa-se a capitania de São José do Piauí conectada de Norte a Sul por vias que se expandiam para além da circunscrição oficial, simbolizando experiências vivenciadas na escala do território.

Sob esse aspecto viário, assim com noutros âmbitos, as paisagens dos sertões do Norte construíram-se a partir da execução de projetos da Coroa e das operações cotidianas dos habitantes. O primeiro agente transformou as zonas interiorizadas em escalas variadas, orbitando entre o micro e o macro. A paisagem construída pelas decisões dealbadas do Reino alinha-se ao que John Brinckerhoff Jackson (1984, p.150) denominou de “paisagem política”, o resultado das deliberações de um poder central, estruturadas para impor a unidade ou reformar o território, segundo objetivos religiosos, morais e culturais. Já aquela criada pelos moradores dos sertões surgiu pela modificação do mundo segundo as práticas da vida diária, das táticas pessoais no dizer de Michel de Certeau (2012, p. 44).

As transformações dos sertões também ocorreram no nível urbano quando a Coroa portuguesa decidiu fundar vilas em pontos estratégicos e nevralgicos dos territórios. A criação de vilas ali tardou se comparada com outras áreas das capitanias do Norte, expressamente nas áreas de plantio de cana de açúcar e cultivo do tabaco. O retardamento dava-se, como justificado pelo Conselho Ultramarino, pela dispersão da população e pela incapacidade dos moradores de assumir cargos oficiais. A vila da Mocha, criada em 1712 e instalada em 1718, foi uma das pioneiras. Jacobina aparece em 1721, implantada em área de extração de ouro, rendendo vigilância acurada sobre os quintos cobrados. Os anos finais da segunda década do século XVIII apresentou novos índices: na comarca da Bahia, numa área de fronteira com a ouvidoria de Sergipe del Rei, foram erigidas as vilas de Itapicuru de Cima e Inhambupe (AHU_ACL_CU_SERGIPE, Cx. 3, D. 22). Anos depois, Inhampube perdeu a qualidade de vila, sendo anexada como povoação subordinada à vila de Água Fria. Até 1750, além dos concelhos citados, foram fundados os de Vila Nova do Rio São Francisco (1732), Icó (1736), Rio de Contas (1745) e Urubu (1748) (Figura 1).



Figura 1 – Rede de povoações das capitanias do Norte em 1750. Elaboração do autor por meio de programa de georreferenciamento (Quantum GIS) sobre base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

A escolha da povoação a ser promovida ao status de vila não era feita ao acaso. Era um processo geopolítico complexo que considerava motivos de ordem geográfica (distância das cabeças dos concelhos, localização da sede paroquial e qualidade utilitária do território como rios perenes e piscosos, bons ares e se o solo era fértil), demográfica e econômica. Porém, o “remédio” às injustiças (sociais e fundiárias) aparece como o móbil basilar à implementação da vila. Em correição nas vilas de Jacobina e Rio de Contas, o ouvidor geral e provedor da comarca da Bahia, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, relatava à Coroa a utilidade de instituir...

Outra (vila) de novo no citio do Arrayal do Ryo de S. Fran.co q' fica no meyo do caminho, q' sahe desta Cid.e p.a as minas gerays, onde continuam.te sucedem m.tas mortes, por falta de justiça, e por esta cuasa se impede em m.ta parte o commercio, receando os comboyeros passar por aquelles Certões, q' ficando já distantes desta Cid.e mais de duz.tas e oitenta legoas, o q' tudo se evitará creando-se Villa no d.o lugar (AHU_ACL_CU_BAHIA, Cx. 22, D. 2024).

As correições e os deslocamentos das autoridades régias pelo território foram os momentos oportunos para a população solicitar a criação de uma vila em sua freguesia ou julgado. Na maioria dos casos analisados, os agentes que requeriam a promoção hierárquica figuravam a elite local, desejosa de controlar administrativa e judicialmente o concelho, caso lograsse a oficialização. Em 1724, o ouvidor da comarca da Paraíba, Manoel da Fonseca e Silva, percorreu as ribeiras do Piancó, Piranhas, Assú e Apodi. Ali encontrou sertões devidamente povoados e sujeitos ao juiz ordinário do julgado do Piancó (criado por ordem régia de 1711). Percebeu que as fazendas de gado estavam articuladas numa rede de trocas comerciais entre as capitanias do Ceará, Rio Grande e Pernambuco. Os condicionantes mencionados anteriormente aparecem nas missivas do ouvidor como potencialidades das povoações pleiteantes à qualidade de vila. Com respeito à ribeira do Açú, capitania do Rio Grande, Fonseca e Silva relatou à Coroa:

Tem a Rib.ra do Assú, q' hé da Cap.nia do Rio Gr.de, além do numero e povoadores q' superabunda, p.^a a erecção de Villa, hú admirável, e aprazível sitio, P.^a se fundar, q' he o q' chamão do Currallinho sete legoas da Matriz, P.^a a pancada do Mar, onde chegão os carbos de Pern.co, por hú largo e fundo rio com todo o provim.to neçessr.^o p.^a os mor.es, o q' só bastava, p.^a se conseguir o fim q' se pertende; q.to mais sendo fecundo de bom peixe p.la vizinhança q' tem com o Mar de huã legoa, e as terras circunvizinhas aptas, p.^a a produção das madiocas, de q' cá se faz a farinha; e abundantes de criações de gados, q' hé todo o neçessr.^o nestas conquistas p.^a o passadio (AHU_ACL_CU_PARAÍBA, Cx. 5, D. 428).

Em termos quantitativos, o número de vilas nos sertões do Norte aumentou durante o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal, cuja política teve como metodologia a definição e o reordenamento de territórios, sendo as vilas a razão de sua arquitetura. Como salientou Renata Araujo (2010, p. 190), as vilas e as cidades, níveis hierárquicos que convertem os espaços em urbano e civilizado, construíam o território em termos oficiais.

O caso da capitania de São José do Piauí é exemplar.¹ A criação da vila da Mocha e a instituição da comarca do Piauí, por volta de 1722, foram medidas políticas que visaram a reforma fundiária de um território cujas sesmarias estavam irregularmente doadas à Casa da Torre, a Domingos Afonso Mafrense e à Companhia de Jesus. Algumas cartas régias e alvarás com teor de lei haviam sido publicados antes da fundação de Mocha com expectativas de distribuir as sesmarias devolutas àqueles que as denunciasses e requeressem. A carta régia de 20 de janeiro de 1699 e o alvará de 23 de novembro de 1700 enquadraram-se nessa agenda. A carta régia direcionava-se aos povoados-

(1) Maiores informações sobre a construção e urbanização da capitania do Piauí ver ARRAES, Esdras. “Plantar povoações do território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761”. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 257-298, jan.-abr., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0110>.

res portuguesas, enquanto que o alvará concedia às missões religiosas uma légua em quadra para sustento dos índios aldeados.²

Como se percebe, os processos de reforma territorial do Piauí principiaram no final do século XVII, aquecendo-se na criação da vila da Mocha, a “vila-território” na acepção de Massimo Cacciari (2010, p. 9). No entanto, sua construção definitiva ocorreria em 1758, cronologia na qual D. José I oficializou a capitania com governo autônomo. E a autonomização apareceu como o resultado da comitiva liderada pelo desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, que havia percorrido toda a capitania, durante as “grandes demarcações do Piauí”, a fim de erigir vilas nas principais povoações. Aqui, o Piauí aparece como um grande laboratório de ensaio urbanístico, em que a definição de seus contornos administrativos e a fundação de vilas orientaram-se pelas percepções dos agentes da Coroa adquiridas *in situ*.

Com efeito, as autoridades régias selecionaram duas freguesias a serem convertidas em vilas – Parnaguá e Surubim - devido à sua “dignidade” material e aos índices financeiros obtidos na cobrança dos dízimos. A primeira, “...que he freguesia decentemente preparada com assistencia do S.mo Sacramento, e com renda destinada, e estabelecida para sua perpetua existencia...” (AHU_ACL_CU_PIAUÍ, Cx. 6, D. 395), receberia o título tanto pela “prosperidade” dos habitantes do seu termo, como pela sua estratégica posição, “...porque está em a estrada que vay para as terras novas, ou novamente descobertas em a Comarca de Villa Boa de Goyas e promete o lugar da sua existencia, que a elle se venhão buscar gados, e os mais viveres necessarios para a subsistencia das pessoas que estiverem em as dittas terras novas...” (AHU_ACL_CU_PIAUÍ, Cx. 6, D. 395). Quanto a Surubim, a materialidade do arraial apareceu como a razão de sua elevação hierárquica: “tem ao pres.e a Povoação trinta e sete fogos e Igreja também com bastante decencia” (AHU_ACL_CU_PIAUÍ, Cx. 6, D. 395). Em termos geográficos, a fundação das duas vilas, uma a norte e outra a sul da capitania, equacionaria uma tríade capaz de controlar e reordenar áreas anteriormente administradas exclusivamente por Mocha, distribuindo equitativamente os respectivos termos, a aplicação da justiça aos moradores e fracionando a capitania em três partes de dimensões aproximadas. Transparece no discurso de Marcelino de Gouveia uma clara ideia de urbanizar, autonomizando concelhos a fim de reformar o território e fixar a população das fazendas e dos sítios em povoações aprovadas pelo rei. Isso conferiu ao Piauí, segundo Araujo (2011, p. 7), um espaço de experiências e adaptação de paradigmas.

Durante as demarcações, o Piauí se fez imagem no mapa desenhado pelo engenheiro militar e cartógrafo Henrique Antonio Galuzzi. O cartógrafo já estava na vila da Mocha em setembro de 1759, antes de partir para sua viagem de inspeção que percorreria ribeiras, caminhos e bosques de carnaúbas. Galuzzi solicitou ao padre Ignacio Samartoni os dados astronômicos sobre o primeiro satélite de Júpiter, visando determinar as longitudes necessárias para a confecção do mapa (ARAÚJO, 2011, p. 7). Em novembro daquele ano, o Dr. Francisco Marcelino de Gouveia informou a Tomé Joaquim Corte Real sobre as vistorias realizadas nas freguesias junto com o engenheiro, “...destinado a tirar hum plano exacto e individual do territorio da mesma [capitania]...” (AHU_ACL_CU_PIAUÍ, Cx. 6, D. 395). A cartografia auxiliaria o método empregado pelas autoridades na construção do Piauí, tanto em termos políticos quanto geográficos, ou melhor, no papel, em mapa elaborado segundo as técnicas de medição do século das Luzes, além de ser um instrumento fundamental à reforma urbana que estava em andamento. O desembargador estabeleceu uma conexão entre o desenho do mapa e as vilas imaginadas: “...p.a a vista delle interpor o meu parecer sobre os lugares que devem ser em V.as erigidos, termos q’ devem ter, e pessoas q’ p.a o governo civil dellas achace mais idoneas...” (AHU_ACL_CU_PIAUÍ, Cx. 7, D. 435).

Depois de demarcar geometricamente a costa do Maranhão, Galuzzi dirigiu-se ao Piauí, onde palmilhou “...toda aquela extrema largueza e vivendo innumeraveis dificuldades, determinando o rumo dos caminhos e fazendo repetidas observações de latitude e de longitude q’ me foi possivel...”

(2) A carta régia e o alvará estão transcritos nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVIII, ano 1906.

(AHU_ACL_CU_PIAUÍ, Cx. 7, D. 437). A Carta Geographica da Capitania do Piauí, e partes adjacentes foi o resultado material e gráfico da viagem de levantamento do cartógrafo (Figura 2). O engenheiro se interessou em desenhar as especificidades materiais e sociais do território, pontuando as hierarquias dos assentamentos humanos, as estradas atravessadas e as etnias indígenas ainda não reduzidas em missões religiosas ou vilas de índios. Ainda não deixou de situar o sistema orográfico e hidrográfico da região, conteúdos basilares à delimitação dos termos e jurisdições das futuras vilas. O caso do Piauí é emblemático sobretudo no que dizia respeito ao reordenamento espacial promovido pela política iluminista de Sebastião José de Carvalho e Melo e seu meio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.



Figura 2 - GALUZZI, Henrique Antonio. Carta Geographica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes. Mapa disponível em www.bn.br. Acesso em: 30 mar. 2010

Os anos posteriores ao ministério de Pombal presenciaram o surgimento de outras vilas nos sertões e a instituição de novas comarcas com limites não coincidentes aos das capitânicas. Entre 1789 e 1820, a Coroa erigiu 21 vilas em localidades onde as petições justificassem a promoção (ARRAES, 2014, p. 72) (Figura 3). Nesse intervalo cronológico, a Coroa instalou a vila de Caxias das Aldeias Altas (antes julgado das Aldeias Altas) situada na capitania do Maranhão às margens do rio Itapicuru. As autoridades já alertavam ao Conselho Ultramarino sobre os avanços físicos e econômicos da povoação em meados do século XVIII. Em carta ao bispo do Pará, o governador do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, mostrava-se a favor da conversão do julgado em vila, tanto pelo adensamento populacional que justificava o requerimento, assim como por sua posição geográfica estratégica, pois para lá aportavam viajantes e comerciantes do Piauí, minas de Goiás e todas as outras partes da América (ANTT, mc. 601, n. 704).

Em 1767, o então governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, apoiava a criação de uma vila em Aldeias Altas “porque tem bastante pessoas capazes de servirem na Camera”, além de ser o porto do comércio de todo o sertão (AHU_ACL_CU_MARANHÃO, Cx. 91, D. 7508).



Figura 3 - Rede de vilas e cidades capitânicas do Norte em 1820. Desenho do autor por meio de programa de georreferenciamento (Quantum GIS) sobre base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Contudo, a Coroa resistiu em conceder a “dignidade” de vila ao julgado. Suas estratégias geopolíticas no Estado do Grão-Pará e Maranhão privilegiavam a definição das fronteiras da América portuguesa, a civilização dos índios em espaços urbanos, conforme estipulou o Diretório dos Índios de 1757, e a reforma territorial da capitania de São José do Piauí. Anos depois, em 1796, um outro governador, D. Fernando Antonio de Noronha, solicitou à rainha, D. Maria I, a elevação do status de Aldeias Altas. No requerimento há a indicação da extensão do julgado, a localização do arraial, a capacidade econômica do território, as modalidades de comércio e o número de habitantes da povoação (AHU_ACL_CU_MARANHÃO, Cx. 91, D. 7508). Os aspectos qualificativos apresentados pelos oficiais régios surtiriam efeito em 1810, quando o título de vila foi concedido numa nova conjuntura política.

No que diz respeito às comarcas (ou ouvidorias), a sua criação tardou nos sertões do Norte, tendo a maioria surgido nas duas primeiras décadas do século XIX, período no qual D. João VI se esforçou em reorganizar a administração da justiça instituindo os cargos de juiz de fora e corregedor para determinadas vilas. A primeira ouvidoria – Bahia da parte do Sul ou Jacobina – surgiu em 1734 em decorrência das exigências fiscais e administrativas do ouro extraído nos termos das vilas de Jacobina e Rio de Contas. As demais, Sertão de Pernambuco (1810) com vila “cabeça” em Flores do Pajeú; Crato (1816) e Rio São Francisco (1820) com sede na vila da Barra, apareceram nesse contexto de reforma judicial. Convém assinalar que, as vilas “cabeças” dessas ouvidorias localizavam-se nos sertões do Norte, diferentemente das outras sedes de comarca situadas no litoral: Cidade da Bahia (1548), São Luís (1619), Olinda (1653), Cidade da Paraíba (1688), São Cristóvão (1696), Santa Maria Madalena (1709), Aquirás (1723), Cairú (1763), Porto Seguro (1763) e Natal (1818) (CUNHA; NUNES, 2016, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio agora reside em cartografar os fenômenos ocorridos nos sertões do Norte em mapas temáticos desenhados em programa de georeferenciamento. O resultado obtido em nossa pesquisa de doutorado acentua sertões devidamente ocupados e transformados ao longo do período colonial. Dessa maneira, paisagens se descortinam em diferentes narrativas quando as escalas de abordagens variam. Ainda se vê o amalgamar entre os processos de urbanização e a construção de paisagens.

A cartografia produzida principalmente nos séculos XVIII e XIX e na documentação oficial coeva propiciou o desenho de um mapa temático composto de seis camadas: rede de povoações – rede de sítios e fazendas – engenhos de cana – minas de sal e caminhos (Figura 4). Na camada “rede de povoações” localizamos 530 povoações numa tabela de atributos que privilegia a longa duração. Os campos estabelecidos se fundamentam em variados níveis hierárquicos: toponímia; capitania; pouso; registro; passagem; missão religiosa; capela; curato; freguesia colada; vigararia da vara; freguesia de índio; lugar de índio; vila; cidade; sede de comarca; sede de juiz de fora; sede de bispado e arcebispado. Já a tabela de atributos da camada “rede de sítios e fazendas” apresenta cerca de 610 elementos distribuídos, principalmente, pelas capitanias do Piauí, Pernambuco, Bahia e Maranhão. Com efeito, a finalidade dos mapas temáticos consiste em re-apresentar sertões fora do cenário costumeiro, mas dinâmicos e relacionados a experiências sociais vivenciadas num rico e complexo sistema de povoações. Pensar con los ojos seria, sob esses aspectos, deslocar o obscurum ao palco das atuações protagonistas.

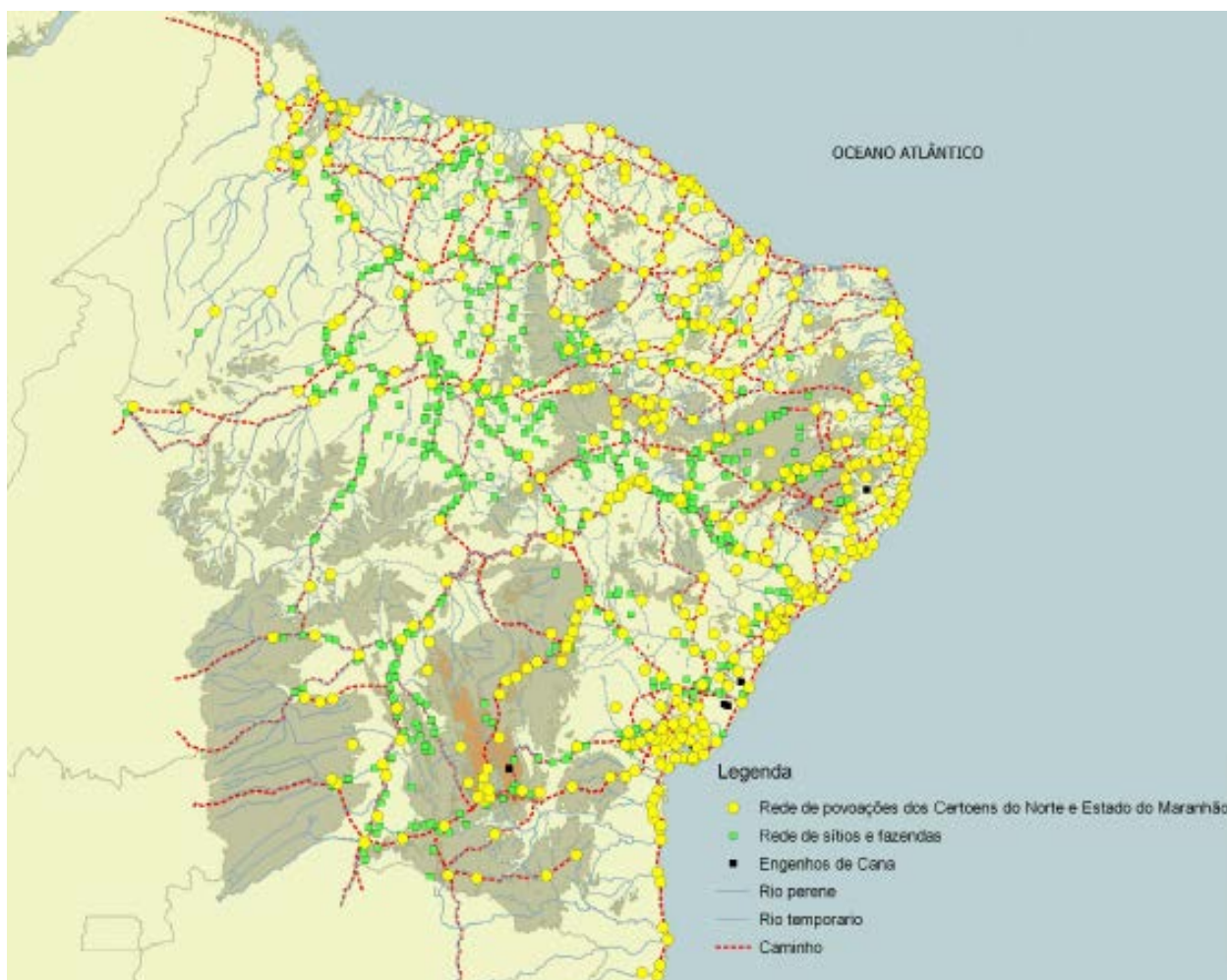


Figura 4 – Mapa temático que expõe o estado do povoamento e rede de povoações das capitanias do Norte no final do período colonial. Mapa produzido pelo autor por meio de programa de georreferenciamento (Quantum GIS) sobre base cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

AGRADECIMENTOS

Sou grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida (processo nº 2013/04404-9) que possibilitou a pesquisa de doutorado, cujos resultados parciais foram apresentados brevemente neste artigo. Agradeço, ainda, à competente orientação da Profa. Beatriz P. Siqueira Bueno, que soube conduzir com delicadeza os rumos epistemológicos e empíricos do doutorado. Não posso esquecer da valiosa contribuição feita pelo(a) parecerista anônimo(a) com respeito à configuração final do artigo. Seus comentários e sugestões foram basilares tanto para esse texto como para futuras pesquisas que eu venha a desenvolver.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANDRADE, Amélia Aguiar. **A construção medieval do território**. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- ARAUJO, Renata Malcher de. Desenhar no papel e no terreno: cartografia e urbanismo na Amazônia e Mato Grosso no século XVIII. In: OLIVEIRA, Francisco Roque; VARGAS, Héctor Mendonza (coord.). **Mapas da metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos: séculos XVI a XIX**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – UL, 2010.
- ARAUJO, Renata. O Piauí e sua cartografia. **Anais do IV Simpósio LusoBrasileiro de cartografia histórica**. Porto, 2011.
- ARRAES, Esdras. “Curral de reses, curral de almas: introdução à urbanização dos “certoens” das capitanias do Norte”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, nº 58, p. 51-77, jun. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p51-77>
- ARRAES, Esdras. “Plantar povoações do território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761” **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 257-298, jan.-abr., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0110>
- BAYÓN, Damián. **Pensar con los ojos**. 2 ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, S.A., 1993.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português & latino: aulico, anaomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. Vol. 7. Disponível em <http://www.bbm.usp.br>. Acesso em 6 abr. 2017.
- BUENO, Beatriz P. Siqueira. “O Brasil-Colônia: em que medida mais urbano do que pertence à primeira vista”. **Actas Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana**. Ciudades em el tiempo: infraestructura, territorios, patrimonios, Santiago de Chile, mesa n. 21, p. 825-834, 2016.
- CACCIARI, Massimo. **A cidade**. São Paulo: Gustavo Gili, 2010.
- CASTRO, Silvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- DUBBINI, Renzo. **Geography of the gaze: urban and rural vision in early modern Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- FREIRE, Felisbela. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- JACKSON, J. B. **Discovering the vernacular landscape**. New Heaven and London: Yale University Press, 1984.
- LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. **Estatística Historica-Geografica da Provincia do Maranhão oferecida ao Soberano Congresso das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Monarchia Portuguesa**. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1822.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001.
- MARTINHO DE NANTES, padre, O.F.M. Cap. **Relação de uma missão no Rio São Francisco: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OSORIO, José Ramón Menéndez de Luarda y Navia. **La construcción del territorio**: mapa histórico del Noroeste de la Península Ibérica. Madrid: Lundweg Editores, 2000.
- PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização dos sertões Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp, 2002.
- SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa** – recompilado dos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em www.bbm.usp.br. Acesso em 6 abr. 2017.
- SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Cia. Editora Nacional; Edusp, 1971.
- STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo LI. Fortaleza, 1937.

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

- CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre o caminho que se descobriu e se abriu do Maranhão a Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Maranhão, Cx. 9, D. 906.
- CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o novo caminho que se descobriu no Maranhão e cartas do governador geral do Brasil e do padre Jacob Cloceo. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Maranhão, Cx. 9, D. 957.
- DESPACHO do Conselho Ultramarino referente a provisão de D. João de Lencastro sobre se erigiram em vilas os lugares chamados de Itapicuru e Inhampube. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Sergipe, Cx. 03, D. 22.
- PARECER do procurador da Coroa sobre a ereção de uma vila entre o Rio Real e Itapicuru. Anexo carta do ouvidor da comarca da Bahia. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Bahia, Cx. 22, D. 2024.
- OFÍCIO do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre o plano que efectuou do território do Piauí e da divisão do mesmo em duas ouvidorias; remetendo uma lista de pessoas que poderão trabalhar no governo civil da capitania. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 6, D. 395.
- OFÍCIO do desembargador, Francisco Marcelino de Gouveia, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o cumprimento da execução de um plano geral da capitania, no que se refere a uma boa administração da justiça e arrematação dos dízimos reais. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 7, D. 435.
- OFÍCIO do engenheiro, Henrique António Gallucio, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as configurações geométricas que efectuou em toda a costa marítima, desde Pará ao Maranhão e capitania do Piauí, para a elaboração de cartas geográficas da capitania, enviando um requerimento a solicitar a sua nomeação para o cargo de sargento-mor engenheiro, com soldo dobrado. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Piauí, Cx. 7, D. 437.
- CARTA do ouvidor geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, ao rei (D. João V), sobre a correição que vai fazer na ribeira de Piancó e ser conveniente fundar vila no sítio da matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso bem como na ribeira do Apodi e na do Açú, todas da jurisdição da Paraíba, no tocante à justiça. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Paraíba, Cx. 5, D. 428.
- CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, D. Fernando Antonio de Noronha, para a rainha D. Maria I, a solicitar a elevação do jugado de Aldeias Altas à dignidade de vila. Arquivo Histórico Ultramarino_Administração Central_Conselho Ultramarino_Maranhão, Cx. 90, D. 7508.

CARTA de Gonçalo Periera Lobato e Sousa ao bispo do Maranhão D. frei Miguel de Bulhões. ANTT. Ministério do Reino, mç. 601, Cx. 704, n. 38.

CARTA de Wenceslau Pereira da Silva a Sebastião Joze de Carvalho e Mello sobre as minas de salitre na capitania da Bahia. ANTT. Correspondência recebida do Brasil (Baía). Ministério do Reino, mç. 599, n. 41.

CARTA do Provedor do regimento; e guarda mor das minas do Rio das Contas, Manuel Dias Mascarenhas, para o Conselheiro Intendente Geral da Baía, Wenceslau Pereira da Silva. ANTT. Correspondência recebida do Brasil (Bahia). Ministério do Reino, mç. 599, n. 47.

ROTEIRO do caminho para Pojuca, passado por Urubá, capitania de Pernambuco. 1738. IEB/USP-COL. ML, 72.60.

